

HOMOSSEXUAIS NO ESTADO NOVO

São José Almeida, Sextante Editora, 2010

Apresentação
Clube Literário do Porto

Ana Luísa Amaral

“Vivermos juntos no mundo significa essencialmente que há um mundo de coisas entre aqueles que o têm em comum, tal como uma mesa está colocada entre os que se sentam à sua volta”, porque “o mundo, como qualquer intermediário, relaciona, ao mesmo tempo que separa, as pessoas.”

Hannah Arendt, 1958

Nós seguimos mas as nossas palavras ficam
tornam-se responsáveis
por mais do que pretendíamos

Adrienne Rich, “North-American Time”, 1986

Num documentário sobre a obra de Judith Butler, de 2006, é a determinado momento perguntada a Butler a sua posição sobre a oportunidade de celebração em Israel, Tel-Aviv, no mesmo ano do documentário, da *Queeruption* (um festival internacional queer, de carácter alternativo), face a questões prementes como a luta pela libertação da Palestina. «Até que ponto é esse acontecimento importante, quando vidas de civis são ceifadas e a violência exercida sobre todo um povo?», pergunta-lhe o entrevistador, querendo, no fundo, que ela se pronuncie sobre a precedência da questão abertamente política e de direitos humanitários relativamente a uma questão que, aparentemente, dirá sobretudo respeito a sexualidades e a opções individuais. A resposta de Judith Butler é clara: tudo tem a ver com violência, por isso é impossível estabelecer prioridades.

Serve-me esta primeira reflexão para começar a falar deste livro, *Homossexuais no Estado Novo*, da autoria da jornalista São José Almeida, um livro importantíssimo, diria mesmo fundamental para iniciar o processo de visibilidade daqueles e daquelas que, durante um período negro da História portuguesa do século XX, o Estado Novo, viveram e amaram de forma diferente da dominante. E começo justamente pelo excelente prefácio ao livro, da autoria de Tereza Beleza, onde se lê “No dia 9 de Janeiro de 2010, Portugal deu mais um passo no sentido da democracia e da liberdade” (p. 7). Refere-se Tereza Beleza à aprovação da lei que possibilita a celebração do contrato de casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Este prefácio, notável e que faz jus ao livro, centra-se bastante na forma como hoje se coloca o problema jurídico do estatuto da homossexualidade (p. 9) e é um libelo contra

um discurso moralizador pautado pelo medo, pela incompreensão, pela intolerância, pela ausência de solidariedade, e ainda contra o controle quer da Medicina (sobretudo a Psicologia), quer do Direito dos Estados. E recorda-nos uma outra questão, essa relacionada directamente com as mulheres: a do Direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã (um outro assunto ainda recente feito – e sublinho *feito* – fracturante na sociedade portuguesa, tal como o casamento dos homossexuais), mas afinal uma questão que incide também sobre direitos. Falamos, assim, como diz Andrea Peniche, em *Ela somos nós: O direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã* (2006), de “um nós social e colectivo” sujeito à violência de uma lei cujo “modelo de construção social e os sentidos de regulação que nela estão contidos (...) violam todas aquelas e todos aqueles” que se mobilizam e comprometem “com a transformação social em prol da emancipação” (2006:17).

Dividido em 14 capítulos, o livro de São José Almeida começa por traçar o enquadramento do conceito de ‘homossexual’, enquanto categoria estigmatizante e estigmatizada e em que não há ainda identidade, apenas afectividade e sexualidade”, centrando-se no discurso médico do final do século XIX e o início do século XX, conceito que só começaria a ser desconstruído bastante depois da revolução de Abril, mas que ainda assim sobrevive nos nossos dias. A partir desse enquadramento é possível à autora traçar a história da homossexualidade no período da Primeira República e entre a subida de Salazar ao poder e a revolução de 1974. Nele São José Almeida vai mostrando como, para a manutenção do sistema social e ideológico dominante era fundamental a interpretação racional assegurada por um dos discursos dominantes, capaz até de produzir nomenclaturas e fornecer explicações lógicas: o da Medicina. Surgem assim os internamentos compulsivos, com as terapias aversivas ou os tratamentos com electrochoques, famosos nos anos sessenta do século XX, a par da criminalização da homossexualidade, estabelecendo penas e disposições legais concretas, ao abrigo de uma lei datada de 1912.

É aqui ainda denunciado como a separação do doméstico e do político era posta em prática no Estado Novo, em que a esfera do privado (os afectos e os comportamentos individuais) se encontravam divorciados da esfera pública. Tal era levado a cabo em duas instâncias, a dos amigos e a dos adversários (e o capítulo, que destaco, em que disto se trata intitula-se justamente “Para os amigos, tudo, para os adversários, a lei”): na primeira, a institucional, propriamente dita, pela convivência o regime hipocritamente protegia aqueles que eram homossexuais, acolhendo-os no seu seio e mesmo protegendo-os; ao mesmo tempo, perseguia ferozmente aqueles que se desviavam da sexualidade considerada “sexualmente útil e aprovada” (p. 125), uma duplicidade “gerida no absoluto silêncio, um silêncio com a força do que não é dito, apenas sabido e pressentido” (*id.*), como diz Foucault. Os dois estatutos, o da

homossexualidade como doença e o da homossexualidade como crime vão coexistir durante décadas – e fica claro, pela leitura do livro, a terrível dimensão de sofrimento e de humilhações para quem mantinha relações homoeróticas e vivia “sem dignidade de acusação” ou nos “vários mundos dentro do mundo” (e sirvo-me de títulos de dois capítulos do livro). A clareza do sofrimento de que falo é acentuada por dois traços característicos da escrita de São José Almeida: a extrema correcção e formulações muito felizes e, do ponto de vista do conteúdo, o recurso a entrevistas e depoimentos. Esses dois traços cruzam-se de forma muito harmoniosa e fazem com que o livro se apresente de leitura extremamente interessante.

Saliento ainda deste livro o facto de ele se tratar de uma notável contribuição para o início de construção de um léxico inclusivo para a cidadania. Relembro palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, em *Palavras Dadas*: “A atenção supõe mais que a observação do outro ou a sua descrição minuciosa. Exclui na realidade esse tipo de aproximação ao outro. O conhecimento dito *objectivo* do outro é antes a sua deformação. O outro só se constitui na alteridade quando é olhado face a face. E é esse mesmo movimento que nos constitui ao nível do ser” (2005: 208) Essa atenção com o outro, esse olhá-lo face a face está ausente no caso do lesbianismo, como muito bem demonstra São José Almeida. Num artigo intitulado “At the Table with Arendt” (2002), Katherine Adams (autora de quem me servi, como epígrafe), defende a necessidade de criar novos modelos de discursos políticos, ao situar-nos num tempo em que, ultrapassadas as políticas de identidade, se procuram estruturas de coligação que liguem identidades e agendas diversas. É essa também a posição de Tereza Beleza, no prefácio a este livro, ao escrever: “Sempre entendi e continuo a entender que, assim como o anti-racismo não é coutada intelectual ou política dos chamados «negros», também a luta política e intelectual contra o sexismo ou a homofobia, ou contra a discriminação cada vez mais insidiosa e sinistra contra os mais velhos *não é nem deve ser tida como exclusiva de quem por elas sofre, de quem é a sua vítima*. A prática e a própria discriminação teóricas afectam toda a gente, porque uma sociedade discriminatória forma cidadãos e cidadãs menos livres e menos autónomos” (p. 13). Penso num artigo de Heather Findlay “Is there a lesbian in this text?” (1980), uma análise provocatória da noção de categorias sexuais e da retórica desconstrucionista, que denuncia o facto de grande parte da retórica da desconstrução requerer a heterossexualidade – negando espaço à prática homossexual. E penso nos vários níveis de discriminação ligadas à sexualidade que ressaltam neste livro de São José Almeida e que se prendem com categorias ligadas não só ao seu tópico mais premente (a homossexualidade), mas ainda com outras categorias, como as de “mulher” ou “classe social”. Por isso são os homossexuais masculinos pertencentes a classes sociais menos favorecidas os mais perseguidos e marginalizados, aqueles que

António Gameiro, citado pela autora, classifica como “proscritos”, a “marginália”. Por isso é a homossexualidade nas mulheres simultaneamente menos reprimida, mas também menos considerada – porque a sociedade e o pensamento vigentes são os patriarcais. E por isso elas são alvo do que Anna Klobucka, citada pela autora, denomina de “uma lesbofobia que leva a omitir as [suas] relações” (p. 112). Um fantasma na sociedade portuguesa, o lesbianismo ver-se-ia, como é bem exemplificado no capítulo “Mas isso existe?”, duplamente sujeito à discriminação, porque mantido numa confortável (até mesmo para os homossexuais masculinos) invisibilidade.

O período compreendido entre o final dos anos 60 e o final dos anos 80, também tratado no livro, assistirá a uma complexidade de mudanças sociais e ao aparecimento (com carácter transnacional) dos movimentos sociais de contestação a que Portugal será quase alheio: as lutas pelos direitos cívicos – pelo fim da segregação racial, no caso americano, ou pelo acelerar dos processos de descolonização, no caso europeu –, os movimentos estudantis, as preocupações ecossistémicas, a luta pela emancipação das mulheres — e a reivindicação, por parte dos movimentos *gay* e lésbicos, da expressão de sentidos e de um lugar próprios, relevando vozes, até então silenciadas, que retiravam os grupos minoritários do lugar de subalternidade e invisibilidade que até então lhe havia sido atribuído. Isto não aconteceu em Portugal, num país dominado por uma ditadura fechada, como todas as ditaduras, mas quiçá ainda mais retrógrada, na sua ligação com forças religiosas e uma moral estreita e de aparências. Portugal era um país cinzento. E o 25 de Abril de 1974, se representou o início do processo de descolonização, e conseqüente perda do império físico e falência da ideia de império, foi também, como aqui é mostrado, violento ponto de fractura. No reconhecimento da dificuldade da linguagem no testemunho, no próprio trabalho árdua de recolha de tantos e tão variados testemunhos, de pessoas de profissões e faixas etárias variadas que acederam a ser entrevistadas, este é também um livro de coragem. Que recorda o incómodo de um país que, depois do 25 de Abril, resistia a confrontar-se com os seus próprios fantasmas e pesadelos reais. Que ainda hoje, na famosa formulação de José Gil, resiste a *inscrever-se*, nessa imagem que de si construiu como a de um povo cujos costumes são brandos, ou pelo menos mais brandos do que os dos outros povos. Mas que, ao mesmo tempo, igualmente escamoteou o sofrimento de quem foi e se sentiu exilado ou exilada no seu próprio país, nas suas próprias comunidades de família ou amigos, e, por consequência dentro de si.

Neste novo século de tão extremadas desigualdades, mas também da coexistência de múltiplos discursos, de questionamento da existência de uma verdade única e, em seu lugar, da validação de narrativas várias, é fundamental aprender a rever o que parecia adquirido, e desafiar pontos de partida que perpetram o falsamente simétrico que as

dicotomias representam. É este processo de reconstrução que aqui encontramos, quando a autora escreve “Numa época em que os homossexuais estão protegidos pela Constituição portuguesa, em que a conquista da igualdade de tratamento se ensaia como realidade e em que o combate à discriminação é feito pelo Estado, é altura de Portugal começar a ajustar contas com a História.” (p. 24) Muito há, pois, a fazer ainda, depois de trabalhos pioneiros sobre o tema, como aqueles que foram levados a cabo por António Gameiro ou Inês Menezes, autores das primeiras dissertações de mestrado produzidas em Portugal, já no final dos anos 90, ou Gabriela Moita, que estudou, já neste século XXI, na primeira dissertação de doutoramento portuguesa, as figurações da homossexualidade a partir do discurso clínico. Lembremo-nos de que há pouco mais de dez anos, em 1997, o Arcebispo de Braga definia ainda os homossexuais como “aberrações da natureza”, associando-as à decadência da família tradicional e referia-se à legalização das uniões entre homossexuais, afirmando que “a desagregação da família fragiliza o Estado e faz lembrar a queda do Império Romano”. Muito há a fazer depois deste livro que se afirma como “um livro inacabado, um plano de trabalho” (p. 21)

Assistimos hoje à emergência de um novo paradigma, o social, que continua a existir ao lado do paradigma científico. É nele que se inscreve a teoria queer, que, opondo-se a uma explicação etiológica para a homossexualidade, irá defender, na rejeição da assimilação das diferenças e da dicotomização sexual, a instabilidade das identidades sexuais e a fluidez de orientações e de papéis sexuais. Para os estudos feministas, a célebre frase de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” era ilustração do construto social ‘mulher’. Por sua vez, e aliadas às reivindicações feministas, as políticas de identidade defendidas pelos estudos *gay* e lésbicos ajudariam a oferecer visibilidade ao sujeito homossexual, trazendo o seu comportamento e a sua orientação, antes vistos como patológicos, para um campo de “normalidade”. Num e noutro caso, estudos feministas e estudos *gay* e lésbicos ocupavam-se da diferença, na reivindicação mesma de uma igualdade de direitos – que se estendia ao universo do literário. Num e noutro caso, ainda, ao reivindicar como central o que antes era marginal, reivindicavam também, ainda que muitas vezes isso só tivesse expressão teórica, uma centralidade e uma estabilidade identitárias, fulcrais para o sucesso das políticas de inclusão social. Teoricamente estribada na desconstrução derridiana e no pensamento de Foucault, a teoria *queer* assume-se como emancipatória, ao desestabilizar não só os centros, mas aquilo que é já de si desvio aos centros: as margens. Tentará, pois, mostrar que dicotomias como homem/mulher, homossexual/ heterossexual (ou branco/negro) integram um mesmo universo de (hetero)normatividade, e proporá o desafio das certezas hegemónicas relativamente às continuidades entre o sexo anatómico, a

identidade sexual, a orientação sexual e a prática sexual. A teoria *queer* defenderá, com Butler, em *Gender Trouble* (1990) que “[o] género é a estilização repetida do corpo, um conjunto de actos repetidos no interior de uma estrutura regulatória altamente rígida, que se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (1990: 59). É a partir da repetição constante de certos actos culturalmente inscritos no corpo que as identidades são criadas. Por isso, esses actos são, para Butler, performativos, já que “a essência ou a identidade que pretendem expressar são fabricações manufacturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (*id.*: 194). Muito reconhecida como produtiva em termos estéticos, onde são também importantes as sexualidades, tais como as constroem os leitores, num pacto de escrita nunca inocente, mas contaminado por horizontes de expectativa definidos, a teoria queer continua a ser polémica na sua aplicação social. Mas é, em minha opinião, uma forma justa e inclusiva, na recusa, quando o desejo assim for, de rótulos estáveis. Ou, no profundo respeito pelas diferenças, o respeito também, pela **in-diferença**. Isto era, em certa medida, como a autora demonstra em dado momento do livro – e isto é interessantíssimo! –, defendido pelo imenso poeta que foi Cesariny, aqui extensivamente convocado, que se queixava, só de forma aparentemente paradoxal, de que “a capacidade subversiva e criativa da homossexualidade se destrói com a normalização” (p. 188)). Mário de Cesariny, um dos grandes perseguidos pelo fascismo pela desassombrada assunção das suas opções sexuais, que abertamente assumia a sua homossexualidade, não deixou de questionar a operacionalidade da identidade social a impor-se à pessoal, pela presença daquilo que mais fortemente e desde sempre nos prende: o nome:

Haverá gente com nomes que lhes caiam bem.
 Não assim eu.
 De cada vez que alguém me chama Mário
 de cada vez que alguém me chama Cesariny
 de cada vez que alguém me chama de Vasconcelos
 sucede em mim uma contracção com os dentes
 há contra mim uma imposição violenta
 uma cutilada atroz porque atrozmente desleal.

Como assim Mário como assim
 Cesariny como assim ó meu deus
 de Vasconcelos (...)

Termino convocando novamente Hannah Arendt, que defendia que a preservação do espaço público requer a manutenção da cidadania e do direito de ter direitos. Isso mostra-o o livro de São José Almeida: que o poder se gera na convivência e na cooperação, e que a violência (física, psicológica, sexual), porque se baseia na exclusão da interacção e da cooperação com os outros, destrói o poder. Penso ainda

em Hillel, o grande sábio, que, pouco antes do advento da era cristã, dizia: "Se não eu for por mim, quem por mim ? Se eu for só por mim, quem sou eu? Se não for agora, quando?". E na revisitação que, no final do século XX, lhe faz Adrienne Rich, feminista e lésbica e consensualmente a maior poeta norte-americana viva. Às perguntas de Hillel, Rich acrescentava uma outra pergunta: "Se não com os outros, como?". Termina, então, com uns versos de um poema seu, escrito em 1986.

Não interessa o que pensas.
São as palavras as responsáveis
tudo o que podes fazer é escolhê-las
ou escolher
ficar em silêncio. Ou, nunca tiveste escolha,
e é por isso que as palavras que de facto ficam
são responsáveis

e isto é privilégio verbal

Esse poema tem por título "Tempo Norte-Americano", mas pode, efectivamente, ser de um tempo qualquer.